

Planta de fortificação como discurso político

Luiza Nascimento de Oliveira*

Esta comunicação demonstrará como as plantas de fortificação do Rio de Janeiro confeccionadas pelo padre matemático Diogo Soares e datadas de 1730 enunciam a formação da dita cidade organizada no topos defensivo. No entendimento de tais objetos iconográficos como discursos políticos e, com isso, instrumentos de poder para controle e posse da colônia portuguesa do século XVIII, identificamos a formação e consolidação da cidade do Rio de Janeiro setecentista. Para tanto, sob a perspectiva da história social da ciência, estudaremos por meio do discurso, das técnicas de feitura das plantas, nomeadamente ciência de fortificação e/ou arquitetura militar, o universo político-social da formação do espaço no Rio de Janeiro setecentista.

Partindo da ciência de fortificação em Portugal, a compreensão dessa produção de conhecimento científico para proteção e exploração do seu território colonial se torna possível, ao mesmo tempo em que o seu poder é legitimado a partir das bases teórico-metodológicas da arte de fortificar. A ciência de fortificação é entendida como um saber que, a partir da possibilidade de defesa, através da intenção da sua aplicação, sua dimensão simbólica, pode também ser uma forma de se representar o poder político.

A partir de uma das plantas de fortificação do Rio de Janeiro desenhadas pelo padre Diogo Soares verificou-se a relação destas descrições e a própria ciência de fortificação com os discursos políticos do Estado Moderno em Portugal, valorizando o papel das descrições sobre a América Portuguesa, em particular o lugar da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Desse modo, a formação territorial da cidade do Rio de Janeiro foi regida pela defesa – especificamente na baía de Guanabara –, já que a constante necessidade de proteção deu origem a uma configuração espacial baseada nessa tópica defensiva. Com isso, demonstraremos como as plantas de fortificação e o saber nomeado de ciência de fortificação são instrumentos estratégicos diretamente relacionados ao discurso político Moderno, podendo se desdobrar até mesmo em ação política do Estado português no além-mar. A discussão desse estudo será sobre o uso político de discursos produzidos no

espaço social da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro durante o século XVIII, com atenção particular aos projetos de defesa da dita cidade.

1. Sobre a ciência de fortificação

Diogo Soares foi professor da “Aula de Esfera”, no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, entre os anos de 1719 e 1721. Assimilando a função de cartógrafo e geógrafo régio, é designado por D. João V, em 1729, ao lado do também padre matemático Domingos Capassi, para cartografar o Brasil e produzir um Atlas da América Portuguesa. Foi nessa missão que Soares desenhou a planta de fortificação objeto deste estudo.

No século XV Portugal inicia a colonização do território ultramarino, processo esse que é intensificado a partir do século XVI, quando um aumento das confecções das plantas de fortificação é observado, fato este que demonstra o interesse português em proteger e controlar suas posses, na medida em que o conhecimento para tal fim está em desenvolvimento. A importância estratégica das plantas de fortificação é confirmada na introdução de Max Justo Guedes à obra “A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)” de André Ferrand de Almeida, onde Guedes afirma que a edificação de uma fortificação delimita, cria um novo povoamento, se constituindo, portanto em um marco fronteiriço.

Na referida obra, Almeida desenvolve questões fundamentais para a compreensão das disputas relacionadas à determinação dos limites do espaço colonial, durante o século XVIII, em particular os conflitos com a Coroa Espanhola, observando o uso das plantas como instrumento de controle territorial. Pois, afirma que durante o reinado de D. João V, a confecção de uma melhor produção cartográfica, com o intuito de conhecer os territórios que reclamava posse, possuiu um intenso investimento. Esse autor propõe a análise da relação existente, a partir do início do século XVIII, entre o progressivo descobrimento do espaço colonial e a necessidade, por parte do Estado, de melhorar a sua representação cartográfica e fronteiriça – pelas fortificações. Sobre esse mesmo paradigma da defesa do território português enfatiza Renata Araújo:

Estado e fortificação apresentam-se assim como os elementos que instauram a gênese do urbanismo colonial português. E serão também os elementos mais constantes do processo geral do urbanismo da Expansão. [...] Os

pontos de fixação da estrutura do império comercial e a rede de fortalezas criadas durante os séculos XVI e XVIII são as bases de todos os núcleos que vieram a ser urbanizados. [...] E a Coroa pairava sobre as tarefas da fortificação e da criação de cidades com o mesmo papel que detinha em toda a empreitada das conquistas ultramarinas (BICALHO, 2003, p.174).

Em função do constante perigo de invasão, seja francesa, seja holandesa houve no século XVII a promoção de um projeto de urbanismo para o Rio de Janeiro, e no XVIII, pelo crescimento econômico, em função de sua localização portuária estratégica, no que diz respeito à descoberta do ouro mineiro. Portanto, constantes foram as iniciativas dos funcionários militares no reino e na colônia de encerrá-la sob fortalezas, trincheiras e muralhas.

Em relação aos homens e às instituições formadoras de conhecimento, percebemos na obra de Souza Viterbo “Expedições científico-militares enviadas ao Brasil” que as disputas territoriais no período colonial eram constantes, dado o amplo contingente militar enviado à colônia nos séculos XVI ao XVIII. Isto demonstra o claro interesse português em cartografar, ampliar e defender seus domínios de forma mais sistemática. Viterbo expõe os *enviados*, suas funções e a referência da localização atual de suas produções, com isso, pode-se destacar como foi intensa a presença e domínio português no espaço em conquista.

A identificação dos engenheiros militares como funcionários do urbanismo¹, por acumularem as funções de encarregados das fortificações, dos mapas, e planos das conquistas, além do desenho das formações urbanas, aponta que estes foram os principais responsáveis pelo planejamento urbano e pela fortificação das cidades ultramarinas. Esta organização se intensifica no século XVII, devido ao crescimento econômico e ao aumento das guerras – de Restauração, de Independência das Províncias Unidas e as Invasões Holandesas.

Nesta comunicação, para o estudo desse planejamento urbano, analisaremos o “Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as Plantas de Arquitetura Militar”, um anexo do caderno de aulas “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)”, estas ministradas na “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão em Lisboa, atribuído ao padre matemático Diogo Soares². Pretende-se

1 Identificação realizada por Beatriz Bueno em sua tese de doutoramento.

2 O documento é atribuído ao padre matemático Diogo Soares, pois, na folha de rosto da obra, há o

apresentar o conjunto de saberes reunido sob o nome de ciência de fortificação e/ou arquitetura militar.

Nesse Tratado Soares ensina como confeccionou suas plantas, a localização dos principais elementos, bem como a tonalidade certa das cores utilizadas, o que ajuda a entender os seus desenhos, pois o seu ensino é identificado na planta. A partir da técnica, das regras ensinadas pelo padre matemático Diogo Soares, é que se trabalhará com a ciência de fortificação representada na América Portuguesa, mais especificamente no Rio de Janeiro.

Para o objetivo deste estudo a leitura da tese de doutoramento “Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)” de Beatriz Bueno interessa na medida em que, a profissão de engenheiro português – ou dos autores das plantas – é caracterizada como uma das ramificações da arquitetura, e que a origem do corpo de engenheiro era no âmbito da estrutura do exército, sendo um serviço fundamental para a Coroa Portuguesa. Essa profissão deveria ser ocupada pelos nobres, porém estes não se interessavam muito, com isso, se observa diferentes origens sociais para os engenheiros.

Bueno destaca também que o diploma dessa profissão seria obtido desde 1647 na “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar”, na Ribeira das Naus. Para o procedimento na construção de uma nova obra, a autora credita a responsabilidade aos engenheiros em ver o sítio, fazer a planta e calcular o orçamento da obra. É importante enfatizar também que os engenheiros enviados à colônia portuguesa na América eram “homens que estavam entre os mais eruditos funcionários da Coroa.” (BUENO, 2001, p. 19).

Todavia, já anteriormente no Colégio de Santo Antônio, dirigido pela Companhia de Jesus, em Lisboa, era ministrada a “Aula de Esfera”. Esta instituição possuía o ensino da “Arte de Fortificar” desde 1590, e por volta de 1640 surge um novo tipo de profissional, o engenheiro-geógrafo para a defesa tanto de Portugal quanto das terras conquistadas. Dessa forma, Beatriz Bueno, ainda em sua tese, lembra da necessidade de um sistema de defesa eficiente para Portugal no século XVII. É nesse contexto que o destaque aos padres jesuítas é observado, pois são eles os responsáveis em Portugal pelo ensino e difusão da matemática, cujo conteúdo da época incluía os saberes básicos relacionados à formação deste novo profissional “não apenas fortificador ou arquiteto,

nome “Diogo Simões”, este segundo João Pereira Gomes seria um apelido de Soares. Sendo este padre quem efetivamente ensinou matemática no Colégio de Santo Antônio, em 1721, ano do manuscrito.

mas também agrimensor, geógrafo, topógrafo e cartógrafo”. (BUENO, 2001, p. 97).

2. Planta de fortificação

Com o intuito de se compreender os desenhos de Diogo Soares através da representação da ciência de fortificação, partiremos para a análise de um de seus desenhos, a “Planta do Forte de Villeganhon na enseada do Rio de Janeiro”, de 1730. Pretende-se compreender a obra de Soares através de sua retórica e dos conceitos difundidos. Percebendo que o referido tratado denota seus métodos e técnicas para a confecção das plantas, partimos para a sua análise. No “Tratado do modo com que se devem riscar, e iluminar com aguadas as Plantas de Arquitetura Militar (1721)”, encontra-se a explicação para a cor vermelha utilizada na planta deste estudo. Veja-se anexo.

Das regras gerais para riscar as plantas. Quando as obras são de pedra, e cal se notam com linhas vermelhas, e as de terras com linhas pretas, como também as plantas das obras feitas se lavam com aguada de carmim, e as projetadas, ou por fazer se riscam de pontinhos amarelos, e se lavam do mesmo (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 215, 1721).

Portanto, as linhas são vermelhas para denotar que as obras são de pedra e cal e também já foram erguidas, ou seja, isto leva a crer que Soares não apenas registra as fortificações, mas sugere algumas reformas no sentido de melhorar o sistema de defesa do Rio de Janeiro. E no capítulo 3º de seu tratado, sobre a declividade dos parapeitos e sua cor, Diogo Soares ensina que

Com a aguada do tabaco ou com outra qualquer um pouco mais escura, que a dos parapeitos, se corra com o pincel molhado nela por junto da linha da declividade, que está mais junta com a linha do parapeito, e logo com o pincel molhado em água limpa, e que não levemente, se irá diminuindo como nos parapeitos de sorte que se não conheça donde acaba; isto é, que se vá perdendo insensivelmente a cor. (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 217, 1721).

Como é possível constatar na planta em anexo, não se vê onde os parapeitos acabam e observa-se essa mudança de cor, de um marrom mais escuro para um mais claro. É possível também identificar nas plantas, pela descrição de Soares, a localização do fosso: “com água de rios, se correrá com o pincel por junto das linhas do Corpo da Praça”, resultando em um papel quase branco. (SOARES, Diogo. *Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo*, pp. 218, 1721).

Como o objetivo é a compreensão da representação da técnica, outras observações também nos interessam. Primeiro, as plantas precisam ter sombra, de forma que a iluminação deve ser quase perfeita. Soares insiste nessa estrutura de desenho

*As plantas devem ser assombradas ficando as cores ou as aguadas mais claras para a parte onde se supõe vir a luz do que para a parte oposta onde devem ser assombradas. A luz de uma planta, sempre se supõe vir da parte esquerda, supondo o Sol levantando sobre o horizonte, e que os seus raios fazem com a base da planta, ou lado do papel um ângulo de 45° [...] e sempre mais carregadas da mesma tinta aonde deve ser mais escuro por ser o lugar mais oposto a luz depois se lhe dá uma aguada de cor de sombra, que é uma espécie de tinta mineral, diminuindo-a para a parte em que se vai terminando a sombra. (SOARES, Diogo. *Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo*, pp. 218, 1721).*

Segundo, destaca-se a importância que Soares atribui às cores e às dimensões dos elementos da planta, como por exemplo, as árvores ou matos, estes não devem ser do mesmo tamanho. Percebe-se esta formatação na planta estudada já que os “matos curtos” não são do mesmo tamanho. Então, os parâmetros das cores e das dimensões a serem seguidos são

O verde da flor de lírio misturado com muita água, para que fique a cor bastante clara, ou também com verde bexiga se dará aguada no papel muito clara, mas por igual em todas as partes, que representa prado em que nasce erva, ou feno [...]. Do modo de riscar os bosques, matos e arvoredos. Com pena aparada como para escrever, se riscarão algumas figurinhas de árvores com tinta preta de escrever, e não sejam todas iguais, mas umas mais curtas, outras mais compridas [...] Os matos curtos se riscam e iluminam como os

bosques, ou arvoredos, e só com a diferença de serem os riscos muito mais pequenos. (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 220 e 222, 1721).

Identifica-se também que as plantas na enseada do mar recebem o seguinte cuidado

Sendo a planta de algum Porto de mar, se dará nele aguada de Rios da mesma sorte diminuída [...] se representarão as ondas com pincelada da mesma aguada mais fortes, deixando claros, que representam a espuma, que elas fazem, e para estes claros se suavizarão as tais pinceladas (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 225, 1721).

No seu último capítulo, o autor ensina a receita das tintas

Do modo de preparar e fazer algumas das cores que se vêm nas plantas militares. As cores mais usadas nas plantas militares são o carmim, a tinta da china, a aguada de rios, o verde Lírio, ou verde bexiga, o Roão, ou cor amarela, a aguada de tabaco, o vermelho fino ou Cinabre, a sombra de Itália, e o ouro e prata em concha. Neste cap. daremos as receitas destas tintas e aguadas (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 226, 1721).

E por fim, o autor conclui afirmando que

Estes são os preceitos que se podem dar, e que cada um com o uso irá sempre melhorando, e será muito útil, que o curioso veja obrar algum bom Mestre; porque é matéria esta mais prática, que especulativa, e se tiver boas plantas que imitar, e reparar atentamente do modo com que foram riscadas, e iluminadas poderá suprir a falta dele ainda que lhe custará maior trabalho. (SOARES, Diogo. Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo, pp. 225, 1721).

Observa-se que o Tratado do padre matemático ajuda a que se entenda as plantas e

a representação da ciência de fortificação, por meio das técnicas/ métodos, a forma e o conteúdo propostos pelo autor, levando a conclusão de que o caráter da observação e da experiência – a prática – é indispensável para a formação do Engenheiro, do Geógrafo. Nesse sentido, Diogo Soares defende que para o aluno desempenhar sua função com excelência, precisa buscar referências em “bons mestres”. Tal perspectiva se equipara à de Manuel de Azevedo Fortes (Engenheiro-Mor do Reino) em sua obra “O Engenheiro Portuguez” (1729) na medida em que este último também defende que a ciência de fortificação é uma contínua construção, através da apreensão das idéias dos “antigos” e das “reflexões militares” do próprio profissional.

Tem-se, pois a elaboração de modelos para a consolidação de uma ciência e padronização de uma prática, que leva à percepção de uma regularidade urbana portuguesa em território ultramarino. A ciência de fortificação é percebida como um saber que pode representar o poder político.

3. Planta como discurso político

Em nosso trabalho entendemos a planta não apenas como um registro iconográfico das edificações de defesa, mas como uma parte integrante de a um tempo construir e descrever um território: o Rio de Janeiro. Assim, busca-se demonstrar como é parte de um discurso político que se formou em Portugal a partir do século XVII. Na análise de Diogo Ramada Curto no capítulo IV “Doutrinas e objetos Políticos”, de sua obra “O Discurso político em Portugal (1600-1650)”, há a reflexão sobre o discurso político no século XVII, sendo este “enquanto forma embrionária de uma ciência social, que atende à multiplicidade dos fatores explicativos e os hierarquiza por níveis”. (CURTO, 1988, p. 173).

Ao trabalhar como o discurso político incorpora a descrição do espaço, a representação do território, demonstramos como a ciência de fortificação pode ser inserida nessa perspectiva, pois a caracterizamos, entre outros aspectos, como uma ferramenta de ação política do Estado, juntamente com a história e a arte militar. Neste sentido, a confecção de plantas, seu desenho, pode ser entendida como instrumento de poder e de demonstração de uma visão política específica – os parâmetros de defesa, a delimitação das fronteiras portuguesas.

Ramada Curto argumenta que as doutrinas se apresentam e os objetos são construídos em três níveis: no Espaço, na Sociedade e no Estado (Poder Político). Deve ser necessário analisar cada um desses níveis para uma compreensão mais completa do discurso político. Para o espaço e para a organização territorial, dimensões que mais nos interessam neste trabalho, Curto defende não haver mais a possibilidade destes serem representados da mesma forma, pois com o surgimento de novos elementos – do Estado Moderno, por exemplo –, a configuração espacial foi sendo alterada historicamente. Descrever o espaço com elementos antigos ficou inviável em função da “impossibilidade de arrumar novos saberes em esquemas de classificação herdados da Antiguidade (CURTO, 1988, p. 174)”. Para se adequarem ao novo desenho do mundo, as linguagens, os conceitos, sofrem transformações, pois são historicamente construídos, e a geografia passa a se utilizar da matemática para descrever o espaço, além da história e da arte militar, impondo-se como “instrumento de base” nesta tarefa.

O que se percebe é como as descrições, geográficas e históricas, produzidas por Portugal durante o século XVII começaram a incorporar elementos relativos à ciência de fortificação e/ou arquitetura militar. Esta ciência passou a ser central por representar o cerne de uma organização eficiente, auxiliando no controle e na divisão do espaço, permitindo conhecer esse espaço, como um general em guerra tem que saber o desenho da região em disputa, no caso o Rio de Janeiro. Portanto, na intenção de controlar politicamente um território, há de se produzir conhecimento sobre o sítio em questão e ter “a preocupação em verificar o enraizamento espacial de cada sociedade [o que] provoca uma diferenciação dos níveis de análise [Espaço-Sociedade-Estado] e condiciona a ação política”. (CURTO, 1988, p.176).

Segundo Diogo Ramada Curto, a melhor forma de revelar os poderes seria por meio das notícias das fortificações, bem como pelo conhecimento profundo do terreno. Dessa forma, defendemos a perspectiva de descrição espacial intrinsecamente ligada ao poder político do Estado, pois como Curto, analisamos a constante relação entre poder e o terreno de seu exercício. Em nossa análise, portanto, a ação política que essa relação expressa é identificada também no conhecimento proveniente do discurso da planta porque esta informa como forma de domínio, por meio de seu discurso próprio, a descrição, o espaço do Rio de Janeiro e a sua representação defensiva.

Como exemplo da perspectiva de análise descrita acima, Ramada Curto cita a

obra do Capitão Luís Martinho de Azevedo, “Comentários dos valorosos feitos, que os portugueses obraram em defesa de seu Rei, e pátria na guerra de Alentejo (1644)”, onde Azevedo descreve o Alentejo de terra a terra e “pretende enquadrar a narrativa das ações militares no seu sítio. Social e politicamente, pretende dar a conhecer o terreno em que o governador das armas exerce o seu poder” (CURTO, 1988, p. 191 e 192).

De acordo com Curto, Azevedo nos ajuda a compreender que as características do sítio, geográfica e economicamente, “revelam então as tendências do seu próprio tempo”. Há na descrição do espaço o conjunto dos poderes, as estratégias de controle do terreno, a representação administrativa e a função dos edifícios e das muralhas nesse esquema, que é: “afirmar simbolicamente os grupos sociais e os poderes que se encontram ligados a tais construções; por isso edifícios e muralhas participam deste nível de descrição do espaço, resultante da organização e hierarquização dos poderes”. (CURTO, 1988, p.192). Nesse sentido, na medida em que o Estado pretende aprofundar o controle sobre seu território em formação, a descrição do espaço como entendemos também para as plantas de fortificação, é percebida como exercício do poder político. E a partir dessa perspectiva trabalhamos com uma “conjuntura intelectual que investe nos símbolos, nos valores e na análise do urbano”. (CURTO, 1988, p.195).

Conclui-se que o governo de um espaço, como o do Rio de Janeiro colonial, apenas será factível caso seu governante o conheça. E que o valor da produção de conhecimento científico para tal fim, como a ciência de fortificação é, portanto evidenciado. Defendemos que a leitura da planta possibilita a difusão dos limites de um determinado terreno, a circulação de saberes. O resultado é a construção do território.

Como já foi mencionado, um novo território nasce a partir de uma fortificação, sendo assim, para se entender a formação do espaço no Rio de Janeiro do século XVIII, é necessário que se compreenda a ciência de fortificação e seu uso, pensando como a detenção desses saberes modifica a sociedade, os indivíduos política e socialmente. O que nos remete às transformações resultantes da própria prática dessa ciência, refletindo no processo desenho- projeto- edificação. Essa dinâmica da intenção de indica que os usos do desenho em análise possibilitam a compreensão do jogo político do período na medida em que, pode-se identificar a formação e ocupação do território na América Portuguesa. Desse modo, em meio à disputa territorial com a Espanha, Portugal elabora sua política de ocupação alicerçada na produção de conhecimento para defender e

legitimar as suas fronteiras.

Por fim, a planta de fortificação é entendida da mesma forma que uma inscrição – um inventário ou artefato –, como um conhecimento produzido sobre um espaço em processo de conquista, caracterizado por Bruno Latour em seu livro “Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”, como um saber que minimiza as distâncias entre o centro e a periferia, Portugal e o Estado do Brasil, no caso. Desse modo, o conhecimento do terreno de exercício do poder é confirmado pela diminuição dessa distância. O uso dos saberes possibilita a instauração do governo, manutenção do poder, funcionando como um instrumento de legitimação desse poder, além de efetivar a construção do território. Nesse sentido, em função da descrição que propõe, a planta é entendida como um discurso político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Planta

“Planta do Forte do Villeganhon na enxada do Rio de Janeiro (1730)”, do padre matemático Diogo Soares. (Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Manuscrita do Brasil, nº 1081).

- Fontes Documentais

FORTES, Manoel de Azevedo. “O Engenheiro Portuguez (1729)”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

SOARES, Diogo. Manuscrito “Novo Atlas Lusitano ou Teatro Universal do Mundo Todo (1721)”. Biblioteca Nacional de Portugal.

- Livros, teses e artigos.

ALMEIDA, André Ferrand de. “A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. “A Cidade e o Império, o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro”. Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Beatriz. “A Iconografia dos Engenheiros Militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo de território. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

_ “Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Ensaio, parte da Tese de Doutorado, intitulada: Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)”, defendida na FAU/USP, em 2001. Sob a

orientação do Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho.

CONDURU, Robert. “Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro Setecentista. In: Universo Urbanístico Português (1415-1822)”. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CURTO, Diogo Ramada. “O Discurso Político em Portugal (1600-1650)”. Projecto UNIVERSIDADE ABERTA, Lisboa, 1988.

DOMINGUES, Ângela. “O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 133-152, 2008.

FERREZ, Gilberto. “O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto 1555-1800”. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1972.

_ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1970).

FRIDMAN, Fania. “Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, J. Zahar Editor, 1999.

HESPANHA, Antonio Manuel. “As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII”. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. História, Ciência, Saúde. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004.

LARA, Silvia Hunold. “Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa”. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

LATOUR, Bruno. “Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”. São Paulo, UNESP, 2000.

LEITE, Serafim. “História da Companhia de Jesus no Brasil – Volume I”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

LEITÃO, Henrique. “Sphaera Mundi”. In. “Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera - Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP”. Lisboa, Catálogos Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. “O Atlas de João Teixeira e as Fortificações de Defesa da Baía de Guanabara no Século XVII”. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, 2009.

VITERBO, Sousa. “Expedições científico-militares enviadas ao Brasil – Volume I”. Lisboa, Edições Panorama, 1962.

Anexo

